RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado (superávit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 19 *(ii)*, a Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação fiscal do INSS, que totalizam R$ 120.429.096 mil em 31 de dezembro de 2015. Os processos se relacionam a questões ligadas à imunidade tributária de Entidades Beneficentes de Assistência Social. A Administração da Fundação, amparada na opinião da sua assessoria jurídica, não consignou nenhuma provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Ribeirão Preto SP, 26 de fevereiro de 2016.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	Atividade de ensino	
Ativo	2015	2014
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.893.110	1.400.095
Títulos e valores mobiliários	239.184	299.113
Mensalidades a receber	6.744.708	3.916.707
Acordos a receber	1.169.376	1.185.744
Atendimentos hosp. A receber	-	-
Convênios a receber com restrição	1.685.434	276.836
Estoques	53.436	48.897
Outros créditos	269.090	284.546
Despesas antecipadas	99.043	78.159
Total do ativo circulante	**17.153.981**	**7.490.097**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	973.133	1.181.254
Depósitos judiciais	199.080	81.169
Imobilizado	41.286.087	40.934.800
Intangível	1.054.573	924.631
Total do ativo não circulante	**43.512.873**	**43.121.854**
Total do ativo	**60.666.854**	**50.611.951**

	Atividade de saúde	
Ativo	2015	2014
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.536.235	2.310.314
Títulos e valores mobiliários	2.782.651	2.213.301
Mensalidades a receber	-	-
Acordos a receber	6.535	16.880
Atendimentos hosp. A receber	17.289.614	15.176.533
Convênios a receber com restrição	1.699.730	2.588.573
Estoques	1.311.830	1.543.768
Outros créditos	38.284	878.457
Despesas antecipadas	1.574	(318)
Total do ativo circulante	**24.666.453**	**24.727.508**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	419	508
Depósitos judiciais	50.387	56.338
Imobilizado	34.253.308	33.764.861
Intangível	595.467	552.167
Total do ativo não circulante	**34.899.581**	**34.373.874**
Total do ativo	**59.566.034**	**59.101.382**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	Atividade de ensino	
Passivo	2015	2014
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	299.679	1.662.782
Fornecedores	347.893	432.240
Obrigações sociais e provisões de férias	7.262.549	4.391.616
Impostos e contribuições a recolher	1.046.088	1.032.961
Outras obrigações	2.698.167	2.288.920
Recursos de projetos em exec. C/ restrição	1.959.524	601.960
Total do passivo circulante	**13.613.900**	**10.410.479**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	81.930	109.102
Fornecedores	-	-
Outras obrigações	57.760	96.498
Provisão para demandas judiciais	3.100.798	2.942.468
Total passivo não circulante	**3.240.488**	**3.148.068**
Patrimônio liquido		
Patrimônio social	11.465.918	11.465.918
Reserva de reavaliação	29.317.896	29.515.863
Superávit (déficit) acumulado	3.028.652	(3.928.377)
Total do patrimônio liquido	**43.812.466**	**37.053.404**
Total do passivo	**60.666.854**	**50.611.951**

	Atividade de saúde	
Passivo	2015	2014
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	10.366.298	5.539.803
Fornecedores	5.965.714	4.067.380
Obrigações sociais e provisões de férias	2.535.387	4.351.001
Impostos e contribuições a recolher	411.056	301.617
Outras obrigações	642.204	750.581
Recursos de projetos em exec. C/ restrição	4.484.088	4.515.055
Total do passivo circulante	**24.404.747**	**19.525.437**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	30.873.614	33.187.236
Fornecedores	-	626.397
Outras obrigações	-	-
Provisão para demandas judiciais	2.198.688	2.483.448
Total passivo não circulante	**33.072.302**	**36.297.081**
Patrimônio liquido		
Patrimônio social	5.581.069	5.581.069
Reserva de reavaliação	12.213.263	12.413.389
Déficit acumulado	(15.705.347)	(14.715.594)
Total do patrimônio liquido	**2.088.985**	**3.278.864**
Total do passivo	**59.566.034**	**59.101.382**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

Ativo	Nota explicativa	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.394.041	3.710.409
Títulos e valores mobiliários	5	3.057.139	2.512.414
Mensalidades a receber	6	6.744.708	3.916.707
Acordos a receber	7	1.175.911	1.202.624
Atendimentos hosp. A receber	8	17.289.614	15.176.533
Convênios a receber com restrição	9	3.385.164	2.865.409
Estoques	10	1.365.266	1.592.665
Outros créditos	11	307.974	1.163.003
Despesas antecipadas		100.617	77.841
Total do ativo circulante		**41.820.434**	**32.217.605**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Acordos a receber	7	973.552	1.181.762
Depósitos judiciais	11	249.467	137.508
Imobilizado	12	75.539.395	74.699.661
Intangível	13	1.650.040	1.476.797
Total do ativo não circulante		**78.412.454**	**77.495.728**
Total do ativo		**120.232.888**	**109.713.333**

Passivo	Nota explicativa	2015	2014
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	10.665.977	7.202.585
Fornecedores	15	6.313.607	4.499.620
Obrigações sociais e prov. De férias	16	9.797.936	8.938.981
Impostos e contribuições a recolher		1.457.144	1.334.578
Outras obrigações	17	3.340.371	2.843.137
Recursos de proj. Em exec. C/ restrição	18	6.443.612	5.117.015
Total do passivo circulante		**38.018.647**	**29.935.916**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	30.955.544	33.296.336
Fornecedores	15	-	626.397
Outras obrigações	17	57.760	96.948
Provisão para demandas judiciais	19	5.299.486	5.425.468
Total passivo não circulante		**36.312.790**	**39.445.149**
Patrimônio social		17.046.987	17.046.987
Reserva de reavaliação		41.531.159	41.929.252
Déficit acumulado		(12.676.695)	(18.643.971)
Total do patrimônio liquido	20	**45.901.451**	**40.332.268**
Total do passivo		**120.232.888**	**109.713.333**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	Nota explicativa	2015	2014
Receita bruta educacional		**76.645.367**	**69.780.808**
Receita de Mensalidade Ed. Básica		11.072.236	9.524.940
Receita de Mensalidades Ed. Superior		61.553.977	57.198.447
Outras receitas operacionais		3.912.845	2.838.659
Doações		106.309	116.226
Subvenções e Convênios		-	102.536
(-) Deduções da receita bruta		**(13.492.817)**	**(11.962.011)**
Bolsas concedidas integrais - lei 12.101/09		(2.176.011)	(1.464.000)
Bolsas concedidas – prouni		(5.692.871)	(4.989.172)
Bolsas concedidas integrais - lei 11.096/05		(23.388)	(10.830)
Bolsas concedidas parciais - lei 11.096/05		(76.756)	(127.084)
Bolsas concedidas - art. 12 lei 11.096/05		(1.987.938)	(2.253.461)
Programa de apoio a bolsistas		1	(111.677)
Outras bolsas concedidas		(157.417)	(163.187)
Descontos concedidos		(2.842.413)	(2.520.794)
Descontos incondicionais		(536.024)	(321.806)
(=) Receita líquida da atividade		**63.152.550**	**57.818.797**
(-) Custos		**(43.301.739)**	**(41.894.494)**
(=) Superávit/déficit bruto		**19.850.811**	**15.924.303**
Outras receitas operacionais		**13.356.628**	**12.524.486**
Outras receitas não operacionais		25.484	35.607
Programas com Restrição		60.312	-
Isenção usufruída		13.270.832	12.488.879
(-) Despesas operacionais da atividade		**(12.618.071)**	**(13.249.131)**
Pessoal		(9.324.446)	(8.824.721)
Administrativas e gerais		(2.089.926)	(2.527.912)
Perdas no recebimento de mensalidades		(2.281.704)	(2.200.280)
Resultado financeiro		1.078.005	303.782
(-) Outras despesas não operacionais		**(13.345.293)**	**(12.624.863)**
Outras despesas não operacionais		(74.461)	(135.984)
Isenção usufruída		(13.270.832)	(12.488.879)
(=) Superávit educacional		**7.244.075**	**2.574.795**

Continua...

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

...continuação

	Nota explicativa	2015	2014
Receita bruta da área de saúde		**99.685.365**	**93.554.016**
Planos de saúde		25.105.936	20.098.994
Sistema Único de Saúde		69.870.416	69.993.695
Particulares		2.357.015	2.336.837
Outras receitas de saúde		861.488	160.708
Doações		1.472.460	963.782
Secretaria de Estado da Saúde		7.050	-
Programa Estadual Cancer de Mama		11.000	
(=) Receita líquida da área da saúde		**99.685.365**	**93.554.016**
(-) Custos		**(93.458.809)**	**(82.253.050)**
(=) Superávit/déficit bruto da área da saúde		**6.226.556**	**11.300.966**
(-) Despesas operacionais da área da saúde		**(12.302.427)**	**(9.541.207)**
Administrativas e gerais		(7.517.190)	(5.455.513)
Resultado financeiro		(4.785.237)	(4.085.694)
(+) Outras receitas operacionas		**17.340.408**	**11.765.357**
Outras receitas não operacionais		(9.358)	220.706
Isenção usufruída		12.920.902	11.544.651
Programa com Restrição		4.428.864	-
(-) Outras despesas operacionais		**(12.939.429)**	**(11.682.368)**
Outras despesas operacionais		(18.527)	(137.717)
Isenção usufruída		(12.920.902)	(11.544.651)
(=) (Déficit) Superávit da área da saúde		**(1.674.892)**	**1.842.748**
(=) Superávit do exercício		**5.569.183**	**4.417.543**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	2015	2014
Superávit do exercício	5.569.183	4.417.543
Realização da reserva de reavaliação	398.093	416.694
Resultado abrangente do exercício	5.967.276	4.834.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**17.046.987**	**42.345.946**	**(23.487.534)**	**35.905.399**
Ajuste de exercício anterior	-	-	9.326	9.326
Realização da reserva de reavaliação	-	(416.694)	416.694	-
Superávit do exercício	-	-	4.417.543	4.417.543
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**17.046.987**	**41.929.252**	**(18.643.971)**	**40.332.268**
Realização da reserva de reavaliação	-	(398.093)	398.093	-
Superávit do exercício	-	-	5.569.183	5.569.184
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**17.046.987**	**41.531.159**	**(12.676.695)**	**45.901.451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	5.569.183	4.417.543
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.048.713	2.874.826
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	61.625	2.064.097
Ajustes de exercícios anteriores	-	9.326
Provisão para devedores duvidosos	5.724.013	5.350.728
Ajuste a valor presente	(52.209)	334.550
Provisão para demanda judiciais	(125.982)	188.085
Superávit (déficit) do exercício ajustado	**14.225.343**	**15.239.155**
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em mensalidades, acordos e atendimentos a receber	(10.377.964)	(583.219)
Aumento (redução) em convênios a receber com restrição	(519.755)	1.312.272
Redução (aumento) em estoques	227.399	(558.015)
Redução em outros ativos	720.293	27.896
Aumento (redução) em fornecedores	1.187.590	(1.098.878)
Aumento (redução) em obrigações sociais e provisão de férias	858.955	(2.267.821)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	122.566	65.496
Aumento (redução) em recursos de projetos em execução com restrição	1.326.597	(3.275.042)
Aumento (redução) em outras obrigações	458.047	(392.902)
Disponibilidades líquidas geradas pelas ativ. operacionais	**8.229.071**	**8.468.942**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(3.397.190)	(4.206.755)
Aumento em intangível	(726.124)	(663.690)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas ativ. de investimentos	**(4.123.314)**	**(4.870.445)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Variação dos empréstimos e financiamentos	1.122.600	(2.597.512)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas ativ. de financiamentos	**1.122.600**	**(2.597.512)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**5.228.357**	**1.000.985**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	11.451.180	6.222.823
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	6.222.823	5.221.838
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**5.228.357**	**1.000.985**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

	2015	2014
Receitas	**205.509.363**	**186.686.539**
Receitas de atividades área educacional	72.619.772	66.723.388
Receitas de atividades área saúde	98.152.530	86.554.767
Isenção usufruída	26.191.733	24.033.529
Outras receitas	8.545.328	9.374.855
Insumos adquiridos de terceiros	**(74.569.844)**	**(66.511.918)**
Custos de manutenção das atividades	(63.356.724)	(56.367.881)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.213.120)	(10.144.037)
Valor adicionado bruto	**130.939.519**	**120.174.621**
Depreciações/amortizações	(3.063.365)	(2.517.004)
Valor adicionado líquido prod. Pela entidade	**127.876.154**	**117.657.617**
Valor adicionado recebido em transferência		
Doações	1.518.604	938.129
Receitas financeiras	2.592.503	2.200.523
Valor adicionado total a distribuir	**131.987.261**	**120.796.268**
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	80.358.985	74.024.798
Despesas juros	9.626.164	9.159.586
Assistência social, educacional e saúde	10.241.197	9.160.812
Isenção usufruída	26.191.732	24.033.529
Superávit do exercício	5.569.183	4.417.543
Valor adicionado total distribuído	**131.987.261**	**120.796.268**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: (i) Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; (ii) Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; (iii) Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e (iv) Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras requerem em sua elaboração a utilização de estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em real, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 26 de fevereiro 2016. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas as apreciação e aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2015.

d) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e) Contas a receber

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

i) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos até a data do balanço.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

k) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

p) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2015	2014
Caixa	93.860	72.478
Bancos conta corrente	8.222.019	910.877
Aplicações financeiras	78.162	2.727.054
Total	**8.394.041**	**3.710.409**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2015	2014
Vinculados aos projetos – nota explicativa 18	3.057.139	2.512.414

Em "Títulos e valores mobiliários" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.

6. Mensalidades a receber

Descrição	2015	2014
Unidade Central	3.125.732	2.232.330
Unidade Fátima	3.031.432	2.400.569
FIES	3.137.636	1.470.847
Colégio Vale do Sapucaí	906.484	651.446
Colégio João Paulo	329.191	291.658
Pós-Graduação	928.332	772.196
Isepec	62.534	70.996
Outras	4.132	4.132
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	(4.780.765)	(3.977.467)
Total	**6.744.708**	**3.916.707**

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.

7. Acordos a receber

	2015		2014	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Unidade Central	2.704.215	516.689	2.660.421	627.191
Unidade Fátima	2.435.543	368.426	2.253.659	447.221
Colégio Vale do Sapucaí	200.773	8.299	126.007	10.074
Colégio João Paulo	245.560	28.874	212.592	35.049
Pós-Graduação	199.628	40.236	184.909	48.841
Isepec	26.698	3.697	26.706	4.488
Acord.Mensal.TASP -Univás	999.008	6.912	1.060.443	8.391
Acord. Mensal.TASP – CVS	93.025	-	86.797	-
Acordos - TASP - CJP	3.166	-	2.860	-
Acordos - TASP - Isepec	2.100	-	2.100	-
Outros	127.874	419	136.934	507
Ajuste a valor presente	(282.341)	-	(334.550)	-
(-) Prov. p/ deved. duvidosos	(5.579.338)	-	(5.216.254)	-
Total	**1.175.911**	**973.552**	**1.202.624**	**1.181.762**

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.

8. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	2015	2014
Convênios	7.336.944	4.976.444
Pacientes particulares	59.365	102.934
Convênio SUS	22.507.735	18.149.951
Secretaria de Estado da Saúde	166.332	170.332
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	(12.780.762)	(8.223.128)
Total	**17.289.614**	**15.176.533**

9. Convênios a receber com restrição

Descrição	2015	2014
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emerg.)	443.000	443.000
Fapemig 11013-10 – Univas	3.900	3.900
Fapemig 5163-11 – Univas	14.300	14.301
Conv. a rec. PEP – Univas	258.634	258.634
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência)	566.467	566.467
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e	690.263	690.263
Fapemig bolsas TC	1.408.600	-
Pro hosp. 2014	-	888.844
Total	**3.385.164**	**2.865.409**

10. Estoques

Descrição	2015	2014
Central de abastecimento	1.348.270	1.574.028
Outros	16.996	18.637
Total	**1.365.266**	**1.592.665**

11. Outros créditos

	2015		2014	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques custodiados	139.631	-	128.910	-
Aluguéis	-	-	5.225	-
Cheques em cobrança	-	-	123.448	-
Adiantamento a fornecedores	6.880	-	14.303	-
Cartão de crédito/débito	142.873	-	88.222	-
Adiantamentos a colaboradores	18.590	-	2.895	-
Valores a rec. – incent. Governamental *(i)*	-	-	800.000	-
Depósitos Judiciais	-	249.467	-	137.508
Total	**307.974**	**249.467**	**1.163.003**	**137.508**

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES n° 355 de 14 de novembro de 2012.

12. Imobilizado

Descrição	Taxa média deprec. anual	2015 Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2014 Líquido
Máquinas Mot. Aparelhos	8,74%	14.165.204	(8.196.191)	5.969.013	6.377.423
Computadores e periféricos	23,55%	2.953.415	(2.202.592)	750.823	653.713
Edifícios	2,48%	27.307.574	(3.321.009)	23.986.565	24.753.931
Bibliotecas	10%	1.640.731	(1.132.390)	508.341	580.764
Mobiliário Geral	11,23%	4.561.322	(2.776.854)	1.784.468	1.775.501
Veículos	20%	190.358	(98.395)	91.963	89.414
Terrenos	-	37.190.559	-	37.190.559	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	2,48%	1.009.902	(95.191)	914.711	930.547
Obras em andamento	-	573.187	-	573.187	63.238
Veículos c/ restrição	20%	60.000	(13.133)	46.867	58.867
Bibliotecas c/ restrição	10%	2.718	(350)	2.368	2.638
Mobiliário geral c/ restrição	10%	93.457	(8.148)	85.309	45.886
Edifícios c/ restrição	4%	543.600	(17.444)	526.156	-
Obras c/ restrição	-	1.232.714	-	1.232.714	378.274
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	10%	2.167.578	(360.150)	1.807.428	1.722.941
Comput. Perif. c/ restrição	20%	89.382	(20.459)	68.923	75.965
Total		**93.781.701**	**18.242.306**	**75.539.395**	**74.699.661**

A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2014, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação.

As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.

13. Intangível

			2015	2014
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	6.410	-	6.410	6.410
Softwares	3.920.619	(2.466.127)	1.454.492	1.175.808
Softwares c/ restrição	235.721	(46.583)	189.138	166.728
Bibliotecas	127.851	(127.851)	-	127.851
Total	**4.290.601**	**(2.640.561)**	**1.650.040**	**1.476.797**

14. Empréstimos e financiamentos

	2015		2014	
Modalidade	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	10.665.977	30.955.544	7.202.585	32.296.336

Os encargos contratuais são de 1,3% a.m. e 1.65% a.m. As garantias são a alienação de cobrança das verbas SUS e convênios.

15. Fornecedores

	2015		2014	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores nacionais	6.303.976	-	4.498.960	626.397
Prestadores de serviços	9.631	-	660	-
Total	**6.313.607**	**-**	**4.499.620**	**626.397**

A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2015 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

16. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2015	2014
Salários a pagar	3.747.052	3.334.841
RCT	4.771	63.740
Sindicatos a pagar	29.878	25.112
Acordos judiciais – trabalhistas	84.387	303.114
Residência/ Serv. Médicos a pagar	174.219	179.037
FGTS a recolher	661.301	585.646
INSS a recolher	476.935	437.582
FGTS parcelamento	3.089	3.089
Outros	79.087	67.471
Provisão de férias e encargos	4.537.217	3.939.349
Total	**9.797.936**	**8.938.981**

17. Outras obrigações

	2015		2014	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos não identificados	639.093	-	457.453	-
Adiantamento de mensalidades	1.266.539	57.760	1.270.024	96.948
Seguros a pagar	8.727	-	7.557	-
Credores diversos	554.918	-	502.527	-
Aluguéis	24.656	-	25.153	-
Adiantamento de matrículas	571.856	-	504.155	-
Diversos	274.582	-	76.268	-
Total	**3.340.371**	**57.760**	**2.843.137**	**96.948**

18. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2015	2014
T.C 1737/12 -SES/MG/FES	230	
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES	460.826	459.507
T.C 446/13 -SES/MG/FES	-	391.072
Projeto Temedicina para hospitais de MG	26.537	26.256
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011	88	34.747
T.C.1770/12EMG/SES/SUS-MG/FES UTI	227.661	214.639
Fapemig 5113/08 - Univas	37.478	34.845
Fapemig 11013/10 - Univas	11.954	16.118
Fapemig 5163-11 - Univas	56.830	139.111
Fapemig CHE APQ 000245-12 - Univas	-	775
Programa de Educ. Permanente	321.356	316.917
T.C. 1762/12 EMG/SES/SUS-MG/FES	-	24.371
Resolução SES nº 3.238 - 18/04/12	813	1.134
FAPEMIG CSA APQ 291-13 - INCEVS	-	30.691
T.C 1982/13 -SES/MG/FES	-	7.009
Portaria Nº 3.088, de 23/12/11	34.339	32.109
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES.	690.991	770.628
T.C.2483/13-SES/SUS-MG/FES	566.927	1.355.546
Fapemig MPR00008-13 Mest Profissional	9	63.503
Fapemig CHE APL 00065-14	34.906	-
Pro-Hosp 2014 - Hcsl	1.451.381	1.198.037
T.C.807912/14 - Aquisição de	1.024.294	-
Fapemig Bolsas T.C. Nº	1.496.992	-
Total	**6.443.612**	**5.117.015**

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

19. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2015	2014
Cíveis *(i)*	2.581.391	3.129.906
Trabalhistas *(i)*	2.709.305	2.283.315
Tributário	8.790	12.247
Total	**5.299.486**	**5.425.468**

(i) A Fundação esta discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R$ 3.905.469 em 31 de dezembro de 2015. E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R$ 249.467 em 31 de dezembro de 2015. Os desfechos das demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R$ 120.429.096 em 31 de dezembro de 2015. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

20. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei n° 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Superávit (déficit) acumulados: Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Diretor, conforme determina a legislação vigente.

21. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2015	2014
Total	1.518.604	938.129

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.

22. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

					Exercício	
2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
13.303.358	15.413.634	17.237.007	23.262.025	24.033.529	26.191.733	119.441.287

A Entidade entrou com recurso acerca do indeferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, publicado conforme Portaria nº. 30 de 12 de janeiro de 2012.

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.184/09 que aprova NBC TG 24, aplicável no ajuste das demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações. Evidenciamos abaixo os valores apurados referente à Cota Patronal do período de 2010 a 2015, que deverá ser recolhido caso o recurso seja julgado improcedente.

23. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

24. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

25. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento a licitação nº 09/2014 - contrato 152/2014, OBJETO: contratação de hospital para execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

26. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 9º item 1c da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de internações	13.898	516	2.847	17.261
N° de cirurgias	8.348	407	2.068	10.823
Total	**22.246**	**923**	**4.915**	**28.084**

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de partos/curetagens/intercorrências/ano	**2.477**	**148**	**405**	**3.030**

Movimento externo / interno ano

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	818.535	12.635	135.679	966.849
Fisioterapia	129.749	-	14.994	144.743
Hemodinâmica	1.192	-	235	1.427
Litotripsia	620	-	56	676
Ambulatórios – n° atendimentos	76.038	-	-	76.038
Pronto socorro – n° atendimentos	90.059	1.829	94.986	186.874
Serviço de quimioterapia	7.827	-	-	7.827
Serviço de radioterapia	44.529	-	-	44.529
Serviço terapia renal subst.	26.762	-	1089	27.851
Total	**1.195.311**	**14.464**	**247.039**	**1.456.814**

Fonte: dados estatísticos do HCSL.

27. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 19 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 7º da Portaria do MS Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em contrato de contratualização;

- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigo 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 5º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;

- número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;

- percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	13.898	69.206	-
Ambulatoriais	-	-	802.817

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	3.363	12.119	-
Ambulatoriais	-	-	187.322

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	85,10%
Ambulatoriais SUS	81,08%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	95,10%
Percentual SUS final ao CEBAS.	101,10%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)

28. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei Nº 12.101/09 e o Decreto Nº 7.237/10 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/).

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

Em atendimento no artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e o artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

29. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

Em atenção ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica) e artigo 11 da Lei 11.096/05 (Ensino Superior), a Fundação atendeu integralmente ao prescrito nas legislações supracitadas, concedendo 01 bolsa integral para cada 09 estudantes pagantes no ano de 2015.

Educação Básica		Quantidade
Alunos matriculados	*(i)*	978
Alunos pagantes		823
Alunos necessários (relação 1 para 9)		91
Alunos com bolsa parcial		31
Alunos com bolsa integral		155

Cursos de graduação e sequencias		Quantidade
Alunos matriculados	*(i)*	2.366
Alunos pagantes		1.990
Alunos necessários (relação 1 para 9)		221
Alunos com bolsa parcial		244
Alunos com bolsa integral		376

(i) Excluídos os inadimplentes e os bolsistas integrais que não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009.

30. Demonstrativo da composição dos 20% de gratuidade sobre receita – educação básica e ensino superior.

Em atendimento ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica), artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 e pela Lei Nº 11.096/05 artigo 11 (Ensino Superior), a instituição demonstra abaixo a composição dos 20% de gratuidade educacional concedida sobre a receita efetivamente recebida da Educação Básica e Ensino Superior.

As aplicações em gratuidades educacionais para o exercício de 2015, considerando a Lei Nº 12.101/09, o Decreto 7.237/10 e as regras do PROUNI estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE
A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA – EDUCAÇÃO BÁSICA 2015

(=) Mensalid./semestre./anuidades a receber no início do exercício	1.551.737	
(+) Receita Bruta de mensalid./semestralidades/anuidades do exercício	9.818.515	
(-) Bolsas de estudo integrais	1.520.031	
(-) Bolsa de estudo parciais	131.136	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) Descontos concedidos s/ mens./semestre./anuidades do exercício	1.442.682	
(-) Perdas com devedores duvidosos	367.839	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) Mensalid./semestralidades/anuidades a receber no final do exercício	1.031.628	
(=) Total de receita efetivamente recebida (base de Cálculo)	**6.876.935**	
OBRIGAÇÃO 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA	**1.375.387**	**20,00%**
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	1.520.031	22,10%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	131.136	1,91%
Valor mínimo da Gratuidade	1.375.387	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 11.096/2005	1.651.167	24,01%

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE
A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA – EDUCAÇÃO SUPERIOR 2015

Mensalidades/semestre./anuidades a receber no início do exercício	8.871.000	
(+) Receita Bruta de mensalidades/semestre./anuidades do exercício	57.413.377	
(-) Bolsas de estudo integrais	6.372.237	
(-) Bolsa de estudo parciais	1.915.097	
(-) Perdas com Devedores duvidosos	1.907.283	
(-) Descontos concedidos s/ mens./semestre./anuidades do exercício	1.077.660	
(-) Devolução/cancelamentos mens./semestre./anuidades do exercício	-	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) mensalidades/semestre./anuidades a receber no final do exercício	16.471.801	
(=) Total de receita efetivamente recebida (base de Cálculo)	**38.540.299**	
OBRIGAÇÃO 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA	**7.708.060**	**20,00%**
Percentual Aplic. em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	6.372.237	16,53%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	1.915.097	4,97%
Valor mínimo da Gratuidade	7.708.060	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 12.101/2009	8.287.334	21,50%

31. Da concessão dos recursos em assistência educacional – educação básica e base de cálculo do ensino superior (adesão ao PROUNI)

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, em conformidade com o artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei Nº 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

- A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei Nº 12.101/09, descrito a seguir:

"Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% (vinte por cento)" da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999."

32. Demonstração da base de cálculo do ensino superior (adesão ao PROUNI)

Em observância à Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, aderiu ao Programa Universidade Para Todos - PROUNI, em dezembro de 2004, através do qual, além de outras assistências educacionais e programas filantrópicos que a Entidade mantém, oferece gratuidades integrais aos beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A receita base de cálculo referente ao Ensino superior foi elaborada em conformidade com o artigo 11 inciso I da Lei n° 11.096 conforme descrito a seguir:

"Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3o e no inciso II do caput e §§ 1o e 2o do art. 7o desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde."

33. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Diretor. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

34. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

35. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Rafael Tadeu Simões	Roseli Maria de Oliveira
Presidente da FUVS	Contadora CRCMG: 77.778/0

***

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, realizados em **31 de dezembro de 2015**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **BLB – Auditores Independentes**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativo ao exercício supra-citado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de Dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, MG, em 15 de março de 2016.

João Romão de Lima
Funcionário Público – Identidade – MG- 3.142.852

Aluisio Goulart Vilela
Empresário - M-487.190/MG

Benedito Macário Ferreira
Empresário – MG-15.896.533

Sebastião Honório de Siqueira
Militar – 052504-8/ M-0.937.038

Sergio Andere de Brito
Comerciante – M-738.136/MG